



Número: **0810836-12.2017.8.15.0001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **9ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **07/12/2017**

Valor da causa: **R\$ 10.125,00**

Processo referência: **0802681-68.2016.8.15.2001**

Assuntos: **SEGURO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANA MARIA DA SILVA BORBA (AUTOR)		WELLINGTON NÓBREGA VILAR (ADVOGADO)	
MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A (RÉU)		MARTINHO CUNHA MELO FILHO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
8414080	24/06/2017 10:12	Petição Inicial	Petição Inicial
8414081	24/06/2017 10:12	Procuração - Ana Maria da Silva Barbo	Procuração
8414084	24/06/2017 10:12	docs.	Outros Documentos
10878972	17/11/2017 09:00	Decisão	Decisão
23642740	20/08/2019 16:59	Despacho	Despacho
27422341	13/01/2020 16:26	Mandado	Mandado
27477533	15/01/2020 16:04	Certidão Oficial de Justiça	Certidão Oficial de Justiça
27477534	15/01/2020 16:04	MAPFRE 1	Devolução de Mandado

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA _____ VARA CÍVEL
DA COMARCA DE JOÃO PESSOA- PARAÍBA**

ANA MARIA DA SILVA BORBA, brasileiro, solteiro, agricultora, portador do CPF nº 087.362.564-12 e RG nº 3581674 SSP-PB, residente e domiciliado na Rua Trjano Martins, 316, Centro, Itatuba-PB, CEP: 58.378-000, por seus advogados que ao final assinam, constituído legalmente nos termos do Instrumento de Procuração, com endereço profissional à com endereço profissional à Rua João Luiz Ribeiro de Moraes, 66, Centro, João Pessoa-PB, vêm à presença de Vossa Excelência, com fulcro nos art. 5.º, V, X, da *Constituição Federal de 1988*, e demais legislações pertinentes, propor a presente **AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT**, em face **MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A**, empresa seguradora com sede na Capital do Estado da Paraíba, na **Av.: Epitácio Pessoa, nº 723, Bairro dos Estados, João Pessoa-PB, CEP: 58.030-000**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.074.175/0001-38, fazendo com base nos argumento fático-jurídico adiante delineados.

I - DOS FATOS E DO DIREITO

1. No dia 03/03/2014, a parte autora foi vítima de acidente automobilístico, onde sofreu GRAVE TRAUMATISMO CRANEANO, FRATURA DO MAXILAR o que acarretou nas seguintes debilidades permanentes: **DEBILIDADE PERMANENTE DA FUNÇÃO MASTIGATÓRIA E DEBILIDADE NEUROLÓGICA**, conforme se verifica através de documentação anexa (V. docs);

2. A parte promovente, de posse da documentação exigida em Lei, procurou uma das seguradoras conveniadas à extinta FENASEG, atual Seguradora Líder e, após submeter-se a procedimento demasiadamente burocrático, inclusive com realização de perícia por médico indicado pela Seguradora reguladora do sinistro, tendo recebido o valor infimo de **R\$ 3.375,00 (Três mil trezentos e setenta e cinco reais) em 12/12/2014**, valor este muito aquém do estabelecido em Lei. Sendo assim não restou outra alternativa a promovente senão buscar a tutela jurisdicional, afim de garantir o que é seu por direito;

3. Vale salientar, excelência, que a parte demandante só recebeu o benefício muito tempo depois do prazo previsto em lei, qual seja: o de 30(trinta) dias, nos termos do § 1º do art. 5º da Lei 6.194/1974, *in verbis*:



“Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1ª. A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30(trinta) dias da entre dos seguintes documentos:”

II – QUANTO A AUSÊNCIA DO LAUDO DO IML

4. Douto julgador, a ausência do laudo do IML não obsta a comprovação do direito da Autora, o qual poderá ser verificado no curso do processo, por qualquer outro meio admitido em Direito, nos termos dos arts. 131 e 332, do Código Processo Civil:

“Art. 332 Todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, são hábeis para provar a verdade dos fatos, em que se funda a ação ou a defesa.

Art. 131 o juiz apreciará livremente a prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes; mas deverá indicar, na sentença, os motivos que lhe formaram o convencimento.”

5. Desse modo, verifica-se que o Juiz não está diretamente ligado a uma prova específica, ao contrário, visto que se encontrado nos autos conjunto probatório robusto, que tenham o condão de formar a justeza do magistrado, a análise da pretensão deduzida pelo Autor não pode ser afastada.

6. Nesse sentido, segue a jurisprudência pátria, *in verbis*:

“CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). INDENIZAÇÃO. INÉPCIA DA INICIAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. BOLETIM DE OCORRÊNCIA E LAUDO DO IML. AUSÊNCIA. JUNTADA COM A INICIAL. DESNECESSIDADE. SUBSTITUIÇÃO POR OUTRO MEIO DE PROVA ADMITIDO EM DIREITO. POSSIBILIDADE.

I - A petição inicial preenche os requisitos estabelecidos no parágrafo único do art. 295 do CPC, não havendo se falar em inépcia.

II - O boletim de ocorrência e o laudo emitido pelo Instituto Médico Legal não são documentos essenciais para a propositura da ação objetivando o recebimento de indenização decorrente de evento coberto pelo seguro DPVAT, podendo ser substituído por outro meio de prova admitido em Direito, inclusive prova produzida no curso do processo.

(...)



IV - Negou-se provimento ao apelo da ré. Deu-se parcial provimento ao recurso do autor.

(20100111546057APC, Relator JOSÉ DIVINO DE OLIVEIRA, 6ª Turma Cível, julgado em 07/12/2011, DJ 15/12/2011 p. 157) – grifei;

APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. COBRANÇA. DESPACHO QUE DETERMINA A EMENDA DA INICIAL. LAUDO DO IML. DOCUMENTO INDISPENSÁVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO. POSSIBILIDADE DE COMPROVAÇÃO DA ALEGADA INCAPACIDADE PERMANENTE E DO ACIDENTE POR OUTROS MEIOS. CASSAÇÃO DA SENTENÇA QUE INDEFERIU A INICIAL.

1. O exame de corpo de delito não constitui documento indispensável à propositura da ação em que se postula o recebimento do seguro obrigatório - DPVAT, motivo pelo qual a sua ausência não enseja o indeferimento da inicial com esteio no art. 267, I e IV, e 284, parágrafo único, do CPC, sobretudo quando a petição inicial vem instruída com documentos que têm pertinência com a causa de pedir e o pedido formulado pela autora.

(...)

3. Recurso provido. Sentença cassada.

(20100111548464APC, Relator ARNOLDO CAMANHO DE ASSIS, 4ª Turma Cível, julgado em 31/08/2011, DJ 21/10/2011 p. 157) – grifei;

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL. NULIDADE DA SENTENÇA. PRELIMINARES REJEITADAS. PAGAMENTO ADMINISTRATIVO. QUITAÇÃO PARCIAL. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ OU DEBILIDADE PERMANENTE. SENTENÇA REFORMADA.

1 - O laudo emitido pelo IML não é documento necessário para a propositura da ação cujo pedido seja o pagamento da indenização decorrente de evento coberto pelo seguro DPVAT, e sim meio de prova que pode ser substituído por outro admitido em Direito.

(...)

Apelação Cível provida.

(20070110977784APC, Relator ANGELO PASSARELI, 5ª Turma Cível, julgado em 27/07/2011, DJ 29/07/2011 p. 139) – grifei.

7. Assim, a ausência do laudo do IML não é capaz de afastar a pretensão da parte autora, já que não é documento essencial para a propositura da ação objetivando o recebimento de indenização referente ao seguro DPVAT.

III - DO VALOR RECEBIDO A MENOR

8. Vale registrar, Excelência, o que preconiza a legislação aplicável à espécie, mais especificamente a contida no art. 3º da Lei nº 11.482/2007, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não., *in verbis*:



"Art.3º.Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art.2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I- R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos) - no caso de morte;

II- até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III-até R\$2.700,00 (dois mil e setecentos reais)- como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas".

9. Por outro lado, Douto Julgador, a promovida como só não bastasse descumprir a legislação ao pagar indenização em quantia inferior ao devido por lei, pratica ato ilícito também ao de forma demasiadamente burocrático exigir documentos desnecessários ao deslinde da questão, em total violação ao disposto no §1º do art. 5º da Lei 6.194/1974, *in verbis*:

“Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1ª. A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30(trinta) dias da entre dos seguintes documentos:”

10. Desta feita, Douto Juiz, a parte demandante, manejando o seu jus postulanti, direito garantido a qualquer cidadão brasileiro, previsto na Lei Maior, Constituição Federal, vem buscar a tutela jurídica do Poder Judiciário para obter o que é seu de direito.



IV - DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

11. Prescreve o inciso VIII do art. 6º do CDC:

“Art. 6º. São direitos básicos do consumidor:

I - omissis...

VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do Juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;”

12. Desse dispositivo depreende-se que havendo hipossuficiência do consumidor, é direito básico seu a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova;

13. Assim, requer, desde já, a concessão do benefício da inversão do ônus da prova, a fim de que a promovida seja compelida a apresentar o processo administrativo referente ao seguro obrigatório - DPVAT, caso haja, vez que toda documentação fica retida com a seguradora.

V - DO PEDIDO

Assim, com fulcro na Lei 6.194/74 alterada parcialmente pela Lei 8.441/92, nos art. 186, 927 do CCB, no art. 6º, VI e VIII do CDC, no art. 161, § 1º do CTN, Resolução da SUSEP, requer:

1. **que defira o requerimento de inversão do ônus probandi, em face da hipossuficiência da parte promovente;**

2. **com fundamento no Art. 221, I, do Código de Processo Civil Pátrio, seja procedida a citação da demandada através de AR- (Correios e Telégrafos);**

3. seja designada audiência de conciliação, instrução de julgamento;

4. **A PROCEDÊNCIA TOTAL DA AÇÃO PARA QUE A EMPRESA SEGURADORA SEJA CONDENADA À PAGAR A QUANTIA QUE CORRESPONDE À**



DIFERENÇA ENTRE O VALOR LEGAL DE R\$ 13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS) E O MONTANTE PAGO ATÉ O MOMENTO, VALOR ESTE ACRESCIDO DE CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA;

5. que o valor da condenação seja devidamente acrescido de juros e correção monetária, como determina a Sumulas 43 e 54 do STJ, ou seja, a partir do evento danoso;
6. seja condenada a demanda em 20% referente a honorários advocatícios sobre o valor da condenação;
7. A concessão do benefício da justiça gratuita, tendo em vista que o(a) autor(a) não apresenta atualmente condições financeiras suficientes para arcar com as custas processuais sem comprometer o seu sustento e da sua família, nos termos da Lei de nº 1.060/50;
8. A produção de todos os meios de prova permitidos em direito, principalmente o depoimento pessoal das partes, a oitiva de testemunhas, a juntada de documentos, realização de perícia, nos termos do convênio firmado entre a Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT e o TJ/PB (convênio n. 015/2014), e etc;

Dando-se à causa o valor de R\$ 10.125,00 (Dez mil cento e vinte e cinco reais).

João Pessoa, 21 de janeiro de 2016.

MARTINHO CUNHA MELO FILHO
OAB/PB 11.086

LÍLIAN MARIA DUARTE SOUTO
OAB/PB 11.490



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Ana Maria da Silva Borba,
brasileiro(a), solteira, agricultora, portador(a) do RG nº
3581674 SSP/PB e CPF nº 087 362.569-12, residente e domiciliado(a) no(a)
Rua: Araújo Martins, nº 316, Bairro:
Centro, Cidade: Itatuba, CEP: 58378-000 Estado:
Paraíba, pelo presente instrumento particular de procuração, nomeia e
constitui seus procuradores:

OUTORGADO: Martinho Cunha Melo Filho, brasileiro, casado ADVOGADO inscrito
na OAB/PB nº 11.086, Lílian Maria Duarte Souto, brasileira, solteira, ADVOGADA
inscrita na OAB/PB 11.490, Houseman Rocha, brasileiro, solteiro, ADVOGADO inscrito
na OAB/PB sob o nº 13.534, Wellington Nóbrega Vilar, brasileiro, casado,
ADVOGADO, OAB/PB 15.024, todos estabelecidos na Rua: João Luiz Ribeiro de Moraes,
nº 66, Centro, João Pessoa – PB.

a quem confere amplos poderes com a cláusula ad-judicia e extra-judicia para, como seus
advogados, representar a outorgante perante toda e qualquer entidade pública ou privada,
podendo representá-lo em qualquer juízo, instância ou tribunal, judicialmente ou extra
judicialmente, com poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar
compromissos ou acordos, receber citação inicial e ou intimações renunciar ao direito sobre
que se funda a ação, receber e dar quitação, receber alvará em cartório, tudo precedido de
expressa e escrita autorização do outorgante, dando tudo por bom, firme e valioso.

DECLARAÇÃO: (a)(s) outorgantes(s) **DECLARA(M)**, para todos os fins de direito e sob as
penas da lei, que não tem condições de arcar com as despesas inerentes à presente ação, sem
prejuízo de seu sustento e de sua família, necessitando, portanto, da gratuidade judiciária,
indicando como seus advogados os outorgados acima nomeados, nos termos do § 4º do artigo 5º,
da Lei 1.060 de 1950.

Campina Grande - PB, ____ de ____ de 2015.

Ana Maria da Silva Borba
Outorgante



Processo

087.362.564-12

Megadata: 2014/764543
Processo: 645836
Natureza: INVALIDEZ
Data sinistro: 3/3/2014
Nome: ANA MARIA DA SILVA BORBA
Situação: Processo liberado o pagamento

Morte. 15.03.89

Beneficiários

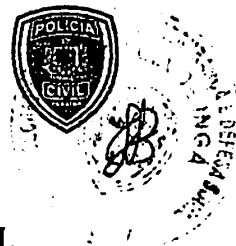
Nome

ANA MARIA DA SILVA BORBA

Históricos

Data/Hora	Situação	Observações
5/9/2014	Pré-Cadastro não analisado	
9/9/2014	Pré-Cadastro analisado e aprovado	
10/9/2014	Proc. enviado p/ digitalização e análise da Seg. Lider	
7/10/2014	Processo liberado o pagamento	Data crédito: 08/10/2014 - R\$ 3375.00
13/10/2014	Processo Estornou o Pagamento	
3/12/2014	Processo em fase de regularização do estorno	
11/12/2014	Processo liberado o pagamento	Data crédito: 12/12/2014 - R\$ 3375.00



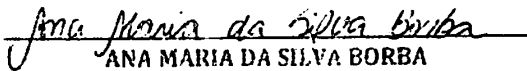



CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL
413/2014

CERTIFICO, em razão do meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo os registros de ocorrências policiais deste órgão, encontramos a ocorrência de nº 413/2014, que passamos a transcrever na íntegra: Aos QUATRO dias do mês de AGOSTO de DOIS MIL E QUATORZE, nesta cidade de Ingá, Estado da Paraíba e na Delegacia, Ocorrências Diversas, sob a responsabilidade do Dr. JOÃO PEREIRA E MELLO JÚNIOR, Delegado de Polícia Civil, comigo, Policial Civil do seu cargo, ao final assinado e declarado, ai, por volta das 10h:09, compareceu ANA MARIA DA SILVA BORBA, Brasileira, solteira, natural de Itatuba/PB, agricultora, com 25 anos de idade, nascido aos 15/03/1989, da RG Nº3581674 SSP/PB E CPF: 087.362.564-12, filha de José Lopes Borba e de Maria Madalena da Silva Borba, residente na Rua Trajano Martins, 316, centro- Itatuba - PB. Fone para contato: 83 88186635, para a Autoridade policial **DECLAROU O SEGUINTE:**

QUE, no dia 03 de março de 2014 por volta das 19h00, estava trafegando na sua moto particular HONDA CG 125 FAN, COR AZUL, CHASSI 9C2JC30705R068479, ano e mod. 2005, placa: MNK5388/PB, DOCUMENTAÇÃO EM NOME DE JOSILENE DA SILVA HERCULANO, na companhia de seu namorado REGINALDO JORGE DA SILVA FILHO, RG Nº3.581.746 SSP/PB E CPF: 707.404.924-70, em direção a Itatuba quando bateu numa pedra que se encontrada na estrada, tendo a declarante sido jogado com sua moto no chão, veio a cair fraturando a cabeça, o maxilar, o braco e as pernas; Que na ocasião do acidente passavam pelo os senhores: MACILENE RIBEIRO DA SILVA, RG nº 3273747 - SSP/PB, CPF 069.621.604-37, 1ª residente à Rua Trajano Martins- Centro - Itatuba - PB e o 2º FERNANDO DE OLIVEIRA, RG nº 15502 - SSP/PB, residente no Conjunto São Marcos, s/n, Juarez Távora/PB. Que uma unidade do SAMU a conduziu para o Hospital de Traumas na cidade de Campina Grande - PB; aonde ficou em tratamento naquele nosocômio conforme Ficha de Atendimento Ambulatorial com nº1088726. A declarante ficou ciente nesta Delegacia de que qualquer declaração falsa implicará nas normas do Art. 299 do CP. referida é verdade e dou FÉ.

Ingá/PB, 04 de Agosto de 2014.


ANA MARIA DA SILVA BORBA


Christine Ferreira Barboza
Policial Civil
Mat. 168.313-6.

Delegacia de Polícia Civil de Ingá
Endereço: Rua Getúlio Vargas, n.º. 69. Bairro: Centro - Ingá
CEP : 58300-000 - Fone: (83) 3394.2301



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

P. 900

ANAMARIA DA SILVA BORBA

ASSISTENTE IDENTIFICADORA

ANAMARIA DA SILVA BORBA

ANAMARIA DA SILVA BORBA

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

RECORRIDO 581.674

DATA DE EXPEDICÃO 10/09/2007

NOME ANA MARIA DA SILVA BORBA

FILIAÇÃO JOSÉ LOPES BORBA

MARIA MADALENA DA SILVA BORBA

NATURALIDADE ITATUBA-PB

NASC. N. 5666 PIS. 129 LIV. A. 6

DOC. 087.362.564-12

CARTÓRIO ITATUBA, PB

DATA DE NASCIMENTO 15/03/1989

JOÃO PEREIRA - PB

ITATUBA, PB

ASSISTENTE IDENTIFICADORA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

REPÚBLICA DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

CPE

087/362.564-12

ANAMARIA DA SILVA BORBA

15/03/1989



JOSEILTO GABRIEL DA SILVA
RUA TRAJANO MARTINS, S/N - CENTRO
ITATUBA/PB CEP: 53370000 (AC-113)

ENERGISA PARANÁ - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
E-220, km 25 - Cadeia Resende - Jatoí - Paraná/PB - CEP 58071-690
CAP 133 035 143/0001-40 - Ins. Est. 16.015 623-0
Classe/Serviço: RESIDENCIAL / BANDA LARGA EPC MONOFÁSICO
Fatura: 13 - 70 - 616 - 4940 Referência: Jan / 2014
Nº medidor: 00003277519 Emissão: 20/01/2014
Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº 0000919 REC
Código para DTE Autenticação: 0001063884

0472 6558 b172 L34d 8c33 1ba1 1733 0197

5/1253885-6

Jan / 2014

20/01/2014

20/02/2014

7491853407

Data	Leitura	Data	Leitura			
18/12/13	1629	20/01/14	1630	1	72	33
31/05/2013	26,71					
30/04/2013	28,50					
28/01/2013	13,71					
		Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)	
		Consumo em kWh	30	0,10454	3,13	
		Consumo em kWh	42	0,17821	7,52	
		IMPOSTOS E ENCARGOS				
		PS			0,10	
		COFINS			0,49	
		CONTRIBUIÇÃO LUM PUBLICA			0,22	
		JUROS DE MORA 12/2013			0,08	
		MLATA 12/2013			0,30	
		ICMS (Base de Cálculo R\$ 30,00) (Alíquota 25,00%)			7,50	
		OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS				
		ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 12/2013			0,01	
Dez/13	59					
Nov/13	56					
Out/13	68					
Sep/13	81					
Ago/13	65					
Jul/13	82					
Jun/13	84					
Mai/13	100					
Abr/13	94					
Mar/13	49					
Fev/13	29					
Jan/13	52					

Média dos últimos meses
62 kWh

27/01/2014

R\$ 19,43

11/2013 - Ruchto

Determinação	Valor (R\$)	%
Serviço de Dist. de Energia PD	5,22	26,88
Compra de Energia	4,46	23,08
Serviço de Transmissão	0,22	1,05
Energia Setorial	0,83	4,24
Imposto Direto e Encargos	9,77	49,14
Outros Encargos	0,01	0,05
Total	19,43	100,00

Verificar Encargos do Link do Sistema de Cálculo do
Ref 11/2013 (R\$ 6,11)

- AVISO: Permanecendo em atraso os DEBITOS ANTERIORES, já reavaliados, a suspensão do fornecimento poderá ocorrer a qualquer momento até o decurso do prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de vencimento da fatura vencida e não paga.
- Sua unidade foi avaliada como Baixa Renda, tendo um desconto de R\$11,39



Assinado eletronicamente por: WELLINGTON NÓBREGA VILAR - 24/06/2017 10:12:13

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17062410115213100000008239108

Número do documento: 17062410115213100000008239108



CÓDIGO DA UNIDADE 0023671 CNPJ/CPF 08.778.258/0001-90
NOME HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES
END. AV. FLORIANO PEIXOTO, 4700 - MALVINAS
MUNICÍPIO CAMPINA GRANDE ESTADO: PARAÍBA UF 25
PRETÚARIO Nº: 1088730

PACIENTE: FEMININO 24 G

NOME: ANA MARIA DA SILVA BORBA SEXO: FEMININO DATA: 24/03/2014
FONE: 8875-2253(K) DOCUMENTO: 880002722468574 SUS

PROFISSÃO: REUS TACILIO VALENTE, 114 BAIRRO: CENTRO

MUNICÍPIO: ITATUBA ESTADO: PB CEF: 250720

DATA A VENCIMENTO: 03/03/2014 ESTADO: 21:17h CODIGO DO MUNICIPIO: 250720

RAÇA / COR: DATA NASCIMENTO: 15/03/1989 QUEIXAS: ACIDENTE DE MOTO

(1 - BRANCA (2 - PRETA (3 - PARDA
(4 - AMARELA (5 - INDIGENA (99 - SEM INFORMAÇÃO

Paciente vítima de acidente de moto. Apresenta lesões
na região superior do crânio com lesão extensa e
calva e torçao esquerda da ECA. Exame físico com
trauma, entumescimento, dor, e presença de hematomas
na região da cabeça e palpacao com sinal de Gussakov.

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE: Alienação da Diarrea
Rx de Torax, ombro esquerda, braço - torçoço (C), UG post, T

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

REALIZADA EM:
03/03/14

Poli trone metri; mo

Alm. specia in Depressis.

Neurocirculäre

☒ 01 - URGÊNCIA:

☐ 02 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA

☐ 03 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO

☐ 04 - OUTROS TIPOS DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

☐ 05 - OUTROS TIPOS DE LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS E FÍSICOS

☐ 1 PRESCRITA ☐ OBSERVAÇÃO ☐ RESIDÊNCIA ☐ INTERNAÇÃO
☐ 2 APLICADA ☐ OUTRO HOSPITAL ☐ ÓBITO ☐ OUTROS

CÓDIGO / PROCEDIMENTO	OBO	ISADE
[] [] [] [] [] [] [] [] [] [] [] []	[] [] [] [] [] [] [] [] [] [] [] []	[] [] [] [] [] [] [] [] [] [] [] []
[] [] [] [] [] [] [] [] [] [] [] []	[] [] [] [] [] [] [] [] [] [] [] []	[] [] [] [] [] [] [] [] [] [] [] []
[] [] [] [] [] [] [] [] [] [] [] []	[] [] [] [] [] [] [] [] [] [] [] []	[] [] [] [] [] [] [] [] [] [] [] []
[] [] [] [] [] [] [] [] [] [] [] []	[] [] [] [] [] [] [] [] [] [] [] []	[] [] [] [] [] [] [] [] [] [] [] []
[] [] [] [] [] [] [] [] [] [] [] []	[] [] [] [] [] [] [] [] [] [] [] []	[] [] [] [] [] [] [] [] [] [] [] []

OU POLEGAR DIREITO

ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO





GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES
CAMPINA GRANDE - PARAIBA

• Paciente : ANA MARIA DA SILVA BORBA
Data do Exame: 03/03/2014
Exame: Tomografia Computadorizada de Crânio

Técnica:

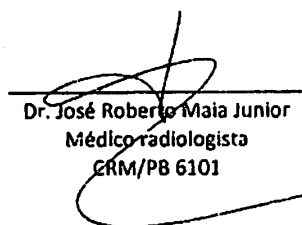
- Os cortes tomográficos computadorizados foram obtidos sem a infusão endovenosa de contraste iodado.

Indicação:

- Paciente com história de acidente de moto com lesão cortocontusa em crânio.

Análise:

- Parênquima cerebral com morfologia e atenuação preservadas.
- Sistema ventricular com topografia, morfologia e dimensões normais.
- Aspecto anatômico das cisternas basais.
- Estruturas da fossa posterior preservadas.
- Não há evidência de processo expansivo neoplásico intracraniano, de desvio de estruturas da linha média, de coleções extra-axiais, de calcificações patológicas ou de lesões hemorrágicas ou isquêmicas agudas intraparenquimatosas supra ou infratentoriais.
- Discreto hematoma subgaleal frontoparietal esquerdo.
- Fratura do arco e do processo frontal do osso zigomático esquerdo. ✓
- Fratura desalinhada das paredes anterior, medial e posterolateral do seio maxilar esquerdo e ✓
fratura sem desalinhamento da parede posterolateral do seio maxilar direito, com hemossinus associado.


Dr. José Roberto Maia Junior
Médico radiologista
CRM/PB 6101





Final of 3 pages ①

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Hospital de Emergência e Trauma Dom Luís Gonzaga Fernandes

**GOVERNO
DA PARAIBA**

20

Escolha de Tratamento e Evolução

[illegible]

MOI. 035

Identificação do Estabelecimento de Saúde
 1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE
 2 - CNES
 3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE
 4 - CNES

Identificação do Paciente
 5 - NOME DO PACIENTE
 6 - DATA DE NASCIMENTO
 7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)
 8 - SEXO
 9 - CID-10
 10 - NOVA EMALHE (ou RESPONSÁVEL)
 11 - TELEFONE DE CONTATO
 12 - ENDEREÇO (rua, nº, bairro)
 13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA
 14 - COD. UGE MUNICÍPIO
 15 - UF
 16 - CEP

17 - NÚMERO DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR (AIH)

MUDANÇA DE PROCEDIMENTO
 18 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - ANTERIOR
 19 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - MUDANÇA
 20 - CID-10
 21 - CID-10
 22 - CID-10
 23 - CID-10
 24 - CID-10
 25 - CID-10
 26 - CID-10
 27 - CID-10
 28 - CID-10
 29 - CID-10
 30 - CID-10
 31 - CID-10
 32 - CID-10
 33 - CID-10
 34 - CID-10
 35 - CID-10
 36 - CID-10
 37 - CID-10
 38 - CID-10
 39 - CID-10
 40 - CID-10
 41 - CID-10
 42 - CID-10
 43 - CID-10
 44 - CID-10
 45 - CID-10
 46 - CID-10
 47 - CID-10
 48 - CID-10
 49 - CID-10
 50 - CID-10
 51 - CID-10
 52 - CID-10
 53 - CID-10
 54 - CID-10
 55 - CID-10
 56 - CID-10
 57 - CID-10
 58 - CID-10
 59 - CID-10
 60 - CID-10
 61 - CID-10
 62 - CID-10
 63 - CID-10
 64 - CID-10
 65 - CID-10
 66 - CID-10
 67 - CID-10
 68 - CID-10
 69 - CID-10
 70 - CID-10
 71 - CID-10
 72 - CID-10
 73 - CID-10
 74 - CID-10
 75 - CID-10
 76 - CID-10
 77 - CID-10
 78 - CID-10
 79 - CID-10
 80 - CID-10
 81 - CID-10
 82 - CID-10
 83 - CID-10
 84 - CID-10
 85 - CID-10
 86 - CID-10
 87 - CID-10
 88 - CID-10
 89 - CID-10
 90 - CID-10
 91 - CID-10
 92 - CID-10
 93 - CID-10
 94 - CID-10
 95 - CID-10
 96 - CID-10
 97 - CID-10
 98 - CID-10
 99 - CID-10
 100 - CID-10

SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)
 1 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL
 2 - CID-10
 3 - CID-10
 4 - CID-10
 5 - CID-10
 6 - CID-10
 7 - CID-10
 8 - CID-10
 9 - CID-10
 10 - CID-10
 11 - CID-10
 12 - CID-10
 13 - CID-10
 14 - CID-10
 15 - CID-10
 16 - CID-10
 17 - CID-10
 18 - CID-10
 19 - CID-10
 20 - CID-10
 21 - CID-10
 22 - CID-10
 23 - CID-10
 24 - CID-10
 25 - CID-10
 26 - CID-10
 27 - CID-10
 28 - CID-10
 29 - CID-10
 30 - CID-10
 31 - CID-10
 32 - CID-10
 33 - CID-10
 34 - CID-10
 35 - CID-10
 36 - CID-10
 37 - CID-10
 38 - CID-10
 39 - CID-10
 40 - CID-10
 41 - CID-10
 42 - CID-10
 43 - CID-10
 44 - CID-10
 45 - CID-10
 46 - CID-10
 47 - CID-10
 48 - CID-10
 49 - CID-10
 50 - CID-10
 51 - CID-10
 52 - CID-10
 53 - CID-10
 54 - CID-10
 55 - CID-10
 56 - CID-10
 57 - CID-10
 58 - CID-10
 59 - CID-10
 60 - CID-10
 61 - CID-10
 62 - CID-10
 63 - CID-10
 64 - CID-10
 65 - CID-10
 66 - CID-10
 67 - CID-10
 68 - CID-10
 69 - CID-10
 70 - CID-10
 71 - CID-10
 72 - CID-10
 73 - CID-10
 74 - CID-10
 75 - CID-10
 76 - CID-10
 77 - CID-10
 78 - CID-10
 79 - CID-10
 80 - CID-10
 81 - CID-10
 82 - CID-10
 83 - CID-10
 84 - CID-10
 85 - CID-10
 86 - CID-10
 87 - CID-10
 88 - CID-10
 89 - CID-10
 90 - CID-10
 91 - CID-10
 92 - CID-10
 93 - CID-10
 94 - CID-10
 95 - CID-10
 96 - CID-10
 97 - CID-10
 98 - CID-10
 99 - CID-10
 100 - CID-10

38 - JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO
 Razão com intuito de obter o máximo de benefícios para o paciente em questão.

PROFISSIONAL SOLICITANTE
 39 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 40 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 41 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 42 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 43 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 44 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 45 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 46 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 47 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 48 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 49 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 50 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 51 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 52 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 53 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 54 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 55 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 56 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 57 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 58 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 59 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 60 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 61 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 62 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 63 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 64 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 65 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 66 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 67 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 68 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 69 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 70 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 71 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 72 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 73 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 74 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 75 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 76 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 77 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 78 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 79 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 80 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 81 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 82 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 83 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 84 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 85 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 86 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 87 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 88 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 89 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 90 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 91 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 92 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 93 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 94 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 95 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 96 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 97 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 98 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 99 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
 100 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

AUTORIZAÇÃO
 41 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 42 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 43 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 44 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 45 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 46 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 47 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 48 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 49 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 50 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 51 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 52 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 53 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 54 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 55 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 56 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 57 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 58 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 59 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 60 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 61 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 62 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 63 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 64 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 65 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 66 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 67 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 68 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 69 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 70 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 71 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 72 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 73 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 74 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 75 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 76 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 77 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 78 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 79 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 80 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 81 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 82 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 83 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 84 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 85 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 86 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 87 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 88 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 89 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 90 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 91 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 92 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 93 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 94 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 95 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 96 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 97 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 98 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 99 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
 100 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR



Magnósiók

Figure 7.10

Escolha do Tratamento e Evolução

Folha de Tratamento e Evolução					
Paciente)	Alojamento)	Leito)	Convênio)		
Ana Maria da Silva Barba					
Data	Prescrição Médica	Horário	BNF:	Evolução Médica	
24/03/14	① Dieta pastosa ② SF 0,9% 1000 ml EV ③ SG 5% 500 ml EV ④ Cetapropina 1g EV 8/8 h ⑤ Tildetil 20mg EV 18/12 h ⑥ Digoxina 0,25 mg EV 6/6 h (S/N) ⑦ Dexametason 4mg EV 8/8 h ⑧ Curadador gelado.	12 22 22 22 12 22		Paciente vítima de acidente de ruoto, no momento encontra-se consciente, orientado e F&R. Ao exame físico apresenta co- rizaçao em boca + edema em língua + co- módico (+) + limitação de abertura bucal e perimetro orlo-celular em normal AC. maie TC apresenta imagem suspensa de fratura de zygoma E). Ex: ① Aguardando avaliação BNF.	
				Dr. Hércules Henrique Araújo Martins Cirurgião Bucal Maxilo-Facial Implantodontia CRP-SP 15.441	

Dr. Hilda : denture parao y parao
Cynthia Boudreau Social
Implantodontia
CBO 441

~~Canada Post Corp
100 King Street West
Toronto, Ontario
M5X 1C5
Canada~~



Sistema
Único de
Saúde

Ministério
da
Saúde

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIS GONZAGA FERNANDES

2 - CNES

2 3 6 2 8 5 6

3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIS GONZAGA FERNANDES

4 - CNES

2 3 6 2 8 5 6

Identificação do Paciente

5 - NOME DO PACIENTE

Ana Maria da Silva Costa

6 - Nº DO PRONTUÁRIO

220163

7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

8980027222689979

8 - DATA DE NASCIMENTO

15/03/89

9 - SEXO

Masc. ☐ 1 Fem. ☒ 3

10 - NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL

11 - TELEFONE DE CONTATO

0388752253

12 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)

R. Castagnolo Valente, 114 Centro

13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

Itatuba

14 - CÓD. IBGE MUNICÍPIO

PR

15 - UF

PR

16 - CEP

JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

17 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

FIBROSA ZIDADA.

18 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

Fibrose Zidada.

19 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)

20 - DIAGNÓSTICO INICIAL

FIBROSA ZIDADA

21 - CID 10 PRINCIPAL

22 - CID 10 SECUNDÁRIO

23 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

PROCEDIMENTO SOLICITADO

24 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

25 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

26 - CLÍNICA

27 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO

28 - DOCUMENTO

29 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

() CNS () CPF

91426162179129

30 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

Heio Monda

31 - DATA DA SOLICITAÇÃO

04/07/14

32 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

Implantodontia
CBO 28441

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

33 - () ACIDENTE DE TRÂNSITO

36 - CNPJ DA SEGURADORA

37 - Nº DO BILHETE

38 - SÉRIE

34 - () ACIDENTE TRABALHO TÍPICO

39 - CNPJ EMPRESA

40 - CNAE DA EMPRESA

41 - CBO

35 - () ACIDENTE TRABALHO TRAJETO

42 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA

() EMPREGADO

() EMPREGADOR

() AUTÔNOMO

() DESEMPREGADO

() APOSENTADO

() NÃO SEGURADO

AUTORIZAÇÃO

43 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

44 - CÓD. ORGÃO EMISSOR

45 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

46 - DOCUMENTO

47 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

() CNS () CPF

48 - DATA DA AUTORIZAÇÃO

49 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

MOD. 009





Poder Judiciário da Paraíba
5ª Vara Cível de Campina Grande

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0810836-12.2017.8.15.0001

DECISÃO

Vistos etc.

Analisando a aba de possíveis prevenções localizei processo idêntico distribuído em 21/01/2016 para a 9ª Vara Cível da Capital, sob n.º 0802681-68.2016.8.15.2001.

São iguais as partes, a causa de pedir e o pedido, devendo tais feitos tramitarem conjuntamente.

O art. 59 do CPC dispõe que "o registro ou a distribuição da petição inicial torna prevento o Juízo". E essa prevenção continua mesmo nos casos de extinção sem resolução do mérito do processo prevento, nos termos do art. 286, II do CPC.

Por fim, verifico que a própria petição inicial está endereçada à Comarca de João Pessoa, tendo ocorrido possivelmente um erro do advogado ao distribuir a petição nesta Comarca de Campina Grande.

Isto posto, e tendo em vista que o processo n.º 0802681-68.2016.8.15.2001 que tramita na 9ª Vara Cível da Capital foi distribuído anteriormente, é aquele Juízo prevento.

Redistribuem-se os autos para a 9ª Vara Cível da Capital em razão da prevenção.

Campina Grande, 24 de novembro de 2017.

MAX NUNES DE FRANÇA

JUIZ DE DIREITO





Poder Judiciário da Paraíba
9ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0810836-12.2017.8.15.0001

DESPACHO

Vistos, etc.

Inicialmente, defiro a justiça gratuita.

Recebo a inicial vez que presentes os requisitos previstos no art. 319 e seguintes do CPC.

Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, vez que se trata de ação de cobrança de DPVAT, onde a Seguradora somente concilia após realização de perícia, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação, nos termos do art. 139, IV do CPC/2015, Enunciado 35 da ENFAM¹ e calcado direito fundamental constitucional à duração razoável do processo e dos meios que garantam sua celeridade de tramitação (art.5º, LXXVIII da CF).

Cite-se e intime-se (do item supra) a parte Ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis, advertindo-se que a ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC, fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC.

Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção).

Via digitalmente assinada deste *decisum* poderá servir como carta/mandado.

Citações e intimações necessárias. Cumpra-se.

JOÃO PESSOA, 19 de agosto de 2019.

Juiz(a) de Direito



¹Enunciado 35, ENFAM: Além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo.



Poder Judiciário da Paraíba
9ª Vara Cível da Comarca da Capital
Av. João Machado, s/n, Jaguaribe, João Pessoa/PB - 4º ANDAR
CEP: 58.013-520 / Tel.: (83)-3208-2479

MANDADO DE CITAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0810836-12.2017.8.15.0001
CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [SEGURO]
AUTOR: ANA MARIA DA SILVA BORBA
RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

Nome: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A
Endereço: AV PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, 723, - até 1145 - lado ímpar, ESTADOS, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 5 8 0 3 0 - 0 0 0

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) MM Juiz(a) de Direito desta 9ª Vara Cível da Comarca da Capital, manda ao Oficial de Justiça, a quem este for entregue, que, em cumprimento a este, proceda a Citação e intimação (do item supra) a parte Ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis, advertindo-se que a ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC, fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC;

João Pessoa, em 13 de janeiro de 2020

De ordem, EDILAERTE VALERIO DA SILVA
Chefe de Cartório

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: 17062410120594500000008239104
PARA VISUALIZAR A DECISÃO ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: XXXX



CERTIDÃO

Certifico que em cumprimento ao mandado retro, no dia 15/01/2020, às 09h13min, me dirigi ao endereço indicado neste, e sendo aí, **CITEI A MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A**, na pessoa de seu representante legal, a **Sra. LILIANI CARNEIRO DOS SANTOS**, que tomou conhecimento de todo conteúdo do presente mandado, que lhe entreguei a contrafé e a cópia da inicial e após a sua leitura, exarou sua nota de ciência. O referido é verdade. Dou Fé.

João Pessoa, 15 de janeiro de 2020.

GIOVANNY MEDEIROS VILLAR

Oficial de Justiça Avaliador

Mat. 470.252-2



Successfully created

Poder Judiciário da Paraíba
9ª Vara Cível da Comarca da Capital
Av. João Machado, s/n, Jaguaribe, João Pessoa/PB - 4º ANDAR
CEP: 58.013-520 / Tel.: (83)-3208-2479

MANDADO DE CITAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0810836-12.2017.8.15.0001
CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [SEGURO]
AUTOR: ANA MARIA DA SILVA BORBA
RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

Nome: **MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A**

Endereço: **AV PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, 723, - até 1145 - lado ímpar, ESTADOS, JOÃO PESSOA - PB**
- CEP: 58030-000

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) MM Juiz(a) de Direito desta 9ª Vara Cível da Comarca da Capital, manda ao Oficial de Justiça, a quem este for entregue, que, em cumprimento a este, proceda a Citação e intimação (do item supra) a parte Ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis, advertindo-se que a ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC, fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC;

João Pessoa, em 13 de janeiro de 2020

De ordem, EDILAERTE VALERIO DA SILVA
Chefe de Cartório

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSO O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: 17062410120594500000008239104
PARA VISUALIZAR A DECISÃO ACESSO O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: XXXX



Assinado eletronicamente por: EDILAERTE VALERIO DA SILVA
13/01/2020 16:26:02

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 27422341



MAPFRE Seguros
Liliani Carneiro
Emissora Geral
Tel. (83) 3208-3339

15-01-2020
09:13

imprimir

20011316260236700000026464939

14/01/2020 17:46



CERTIDÃO

Certifico que em cumprimento ao mandado retro, no dia 15/01/2020, às 09h13min, me dirigi ao endereço indicado neste, e sendo aí, **CITEI A MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A**, na pessoa de seu representante legal, a **Sra. LILIANI CARNEIRO DOS SANTOS**, que tomou conhecimento de todo conteúdo do presente mandado, que lhe entreguei a contrafé e a cópia da inicial e após a sua leitura, exarou sua nota de ciência. O referido é verdade. Dou Fé.

João Pessoa, 15 de janeiro de 2020.


GIOVANNY MEDEIROS VILLAR

Oficial de Justiça Avaliador

Mat. 470.252-2

